CONTRADIÇÕES E IMPASSES DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS NO MARANHÃO: um debate necessário e inadiável[1]

José Tavares Bezerra Júnior[2]

Maria Ozanira da Silva e Silva[3]

RESUMO

O processo de eletrificação rural passou por uma fase de relativo impulso em todo o Brasil, motivado pelas necessidades urgentes da população rural em torno do acesso à energia elétrica, mas, sobretudo, por interesses de ordem econômica e política, vinculados, a um processo de privatização e entreguismo do patrimônio público. Assim, o presente estudo busca apresentar breves reflexões observadas no processo de eletrificação rural no Maranhão, avaliando suas contradições, impasses e respectivas particularidades regionais.

Palavras-chave: Eletrificação rural; Privatização; Luz para Todos.

ABSTRACT

The rural electrification process went through a phase of relative impulse throughout Brazil, motivated by the urgent needs of the rural population regarding access to electricity, but, above all, by economic and political interests, linked to a process of privatization and delivery of public assets. Thus, this study seeks to present brief reflections observed in the rural electrification process in Maranhão, evaluating its contradictions, impasses and respective regional particularities.

Keywords: Rural electrification; Privatization; Luz para Todos.

1 INTRODUÇÃO

Na atual fase de desenvolvimento das forças produtivas, vê-se uma insigne transformação da sociedade derivada de antagonismos históricos – de crescente complexidade – permeada por questões econômicas, sociais, políticas, filosóficas etc.

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

[2] Doutorando em Políticas Públicas pela UFMA (bolsista CAPES). Mestre em Energia e Ambiente (UFMA), graduado em Economia (UFMA), membro do GAEPP/UFMA; jose.tavares@ufma.br.

[3] Doutora em Serviço Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza (GAEPP www.gaepp.ufma.br), da mesma Universidade. Pesquisadora, nível IA, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

As contradições observadas no mundo hodierno são resultadas em certa medida de pujantes avanços (ou retrocessos em determinados casos) tecnológicos, processos agudizados da exploração do homem pelo homem – objeto de exploração máxima do capital – , bem como de diversas antinomias que se permeiam mutuamente dentro de relações intrincadas e que dão base para a sobrevivência do modo de produção capitalista, dado que as crises são inerentemente, ao mesmo tempo, prerrogativas e sustentáculos perversos, constituindo-se como *fôlego* do sistema de produção vigente.

Essa totalidade tem sido agravada sobremaneira pela atroz pandemia da Covid-19 que tem ceifado diariamente milhares de vidas ao redor de todo o mundo, embora alguns líderes políticos a serviço do capital, dentro da observância de uma apologia genocida, neofascista e num contexto de retorno à barbárie, menosprezem de forma hedionda e dantesca as vidas humanas, em detrimento da busca pelo poder e favorecendo o aumento da lucratividade a qualquer custo, privatizações espúrias, sem prioridades sociais e, portanto, total desprezo pelas classes historicamente desprezadas pelo próprio poder público, denotando ampliação do abismo social, desemprego, miséria e fome, resumindo os anseios nefastos e as ambições celeradas e ignóbeis do projeto neoliberal.

Dentro deste cenário, um daqueles elementos constituintes das forças produtivas tem, conforme o bel-prazer do todo poderoso aparelhamento manipulador midiático, ganhado status nas míopes vitrines que ostentam este ou aquele determinado tema, de tal maneira que o famigerado assunto em questão se agigante ou momentaneamente caia nas plagas do esquecimento. Assim sendo, quando, por exemplo, a força produtiva energia elétrica vira a “bola da vez”, logo temos simultaneamente em largas braçadas a sua trama particular, veiculada a partir de temas correlatos na *misancene* do setor elétrico, a exemplo do processo de privatização (seja na geração, transmissão ou distribuição), apagão elétrico, elevação das tarifas, subsídio, universalização, qualidade no fornecimento, energias não renováveis, crise energética, queima de equipamentos, acidentes fatais etc.

Assim, buscando-se gerar um contributo para o tema em baila, apresenta-se neste artigo o Programa Luz para Todos (PLPT), dentro do arcabouço intrinsecamente crítico e transpassado pelo prisma da ótica regulatória e seus devaneios de ajustamento e sistematização. A necessidade precípua aqui posta diz respeito à fuga das determinações meramente descritivas, classificações taxinômicas, de viés positivistas, buscando superar a aparência do fenômeno para chegar à sua essência em suas múltiplas determinações.

Dessa forma, o objetivo do presente estudo é fazer breves apontamentos e reflexões acerca da problemática observada no processo recente de eletrificação rural no Maranhão, abordando alguns aspectos sociais na observância dos desafios locais, derivados da contradição entre interesses públicos e privados, dentro da perspectiva de sinergia e articulação do PLPT com aspectos econômicos, sociais e políticos, inerentemente condicionados ao cenário local.

Para alcançar o objetivo apresentado, adotou-se uma abordagem de caráter exploratório, tendo em vista a hodierna criação do PLPT e, portanto, com uma quantidade relativamente diminuta de estudos específicos e direcionados sobre o assunto. Ademais, o estudo faz levantamento bibliográfico com base em material publicado, visando a fundamentação teórica para o desenvolvimento da pesquisa e buscando contribuir para o aprimoramento da literatura sobre o assunto.

Além desta introdução, o texto está estruturado em quatro partes: a parte inicial faz um apanhado geral sobre a mercadorização da energia elétrica. Na segunda parte é feita uma breve contextualização no que tange à problemática do processo de privatização do setor elétrico. As especificidades do Maranhão são abordadas na terceira parte. Na parte quatro são levantados alguns entraves do PLPT e, finalmente, na última parte, são feitas as considerações finais sobre o estudo.

2 ENERGIA ELÉTRICA NÃO É MERCADORIA

São considerados de grande relevância, em sua ampla maioria, os benefícios advindos do uso da energia elétrica no meio rural, onde ela pode possibilitar o

aumento da qualidade de vida, acesso à informação, perspectivas de trabalho, geração de renda e, portanto, aumento do bem-estar individual e coletivo para a população rural. Existe na literatura uma miscelânea de pesquisas que atestam os benefícios da eletrificação rural, onde a mesma aumenta a produtividade e a oferta de postos de trabalho na pequena propriedade rural – em especial para as mulheres nas zonas não citadinas (DINKELMAN, 2011) –, permite uma utilização mais eficiente da irrigação com bombas d'água para a pequena agricultura familiar (SILVA et al, 2017), é uma importante política para promoção do bem-estar (FREITAS et al, 2015), resulta em incremento da produção agrícola, aumento da renda e inclusão social (CAMARGO, 2010), contribui significativamente para a promoção da qualidade de vida (REIS JÚNIOR, 2015), pode desencadear o desenvolvimento econômico e social (BENSCH et al, 2011) e gera resultados positivos sobre produtividade, rendimento, educação e saúde (SOARES et al, 2017).

Nessa perspectiva, a criação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – "Luz para Todos" (PLPT) no ano de 2003[i] pelo então presidente Lula e a ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff, almejou atender pretéritos anseios da população rural, pois tem como objetivo principal promover a universalização do acesso à energia elétrica em todo território brasileiro e, por conseguinte, possibilitar a fixação do homem no campo[ii], buscando diminuir as desigualdades sociais. Segundo o Ministério de Minas e Energia (2021), o objetivo do PLPT é contribuir para a redução da pobreza e aumento da renda familiar, dando prioridade às escolas rurais, quilombolas, indígenas, assentamentos, ribeirinhos, pequenos agricultores e famílias em reservas extrativistas, poços de abastecimento d'água e postos de saúde. Cruz et al (2004) acrescenta que a eletrificação rural é um importante fator indutor do desenvolvimento humano, econômico e social, pois atende aos pequenos consumidores, com baixo poder aquisitivo e que vivem em regiões dispersas sem acesso à energia elétrica.

Porém, a atual mudança pela qual vem passando o processo de eletrificação rural via PLPT, intrinsecamente demonstra que outros tipos de interesses estão alavancando de fato este processo, os quais, através da associação entre o capital público e o privado, fundamentam sobretudo uma articulação entre a esfera política e

econômica, criando verdadeiros óbices para o público-alvo e, ao mesmo tempo, dando guarida e refúgio para o processo de expansão do capital financeiro e de grandes grupos econômicos.

> Este planejamento concretiza novas articulações entre o capital e o Estado, nas quais cabe ao Estado a regulação, o planejamento e o financiamento das infraestruturas a serem implementadas, geridas e prioritariamente usadas pela iniciativa privada. Trata-se, portanto, de um planejamento governamental em que a produção, transmissão e consumo da energia em larga escala tende a se distribuir entre os grupos econômicos que sustentam as formas de inserção competitiva no mercado internacional (LEMOS, 2009, p. 04).

Ou seja, segundo Lemos (2009), esta modalidade de programa atende majoritariamente ao processo geral de acumulação capitalista, onde a energia elétrica é equivocadamente tida como mercadoria, adquirindo um caráter eminentemente econômico e, dessa forma, condicionada a um determinado padrão de interesses dominantes e exploratórios[iii].

3 AVANÇO DO PROJETO PRIVATISTA NO SETOR ELÉTRICO

O estado do Maranhão possui uma área total de aproximadamente 331.936 km^2, com 217 municípios e uma população estimada em 7.114.598 habitantes, sendo que 36,92% vivem no campo, o que equivale dizer que em termos proporcionais o Maranhão tem a maior população rural do Brasil (IBGE, 2016). Neste cenário, o PLPT surge em um contexto histórico de agravamento da pobreza e das desigualdades sociais, onde IPEA (2012) observa no Maranhão o uso de políticas insuficientes para combate à miséria no campo:

> Tendo em vista o contexto rural, os indicadores de pobreza extrema apresentados no Maranhão (39,8% em 2001 e 27,9% em 2009) mostram-se desfavoráveis em relação à tendência observada no resto do estado. Isso pode sugerir a insuficiência, no caso maranhense, das políticas de transferências governamentais, que contribuem para mitigar a miséria no campo e para minimizar as discrepâncias entre as condições de vida das populações extremamente pobres, nas zonas rurais e urbanas (IPEA, 2012, p. 16 e 17).

A realidade socioeconômica do Maranhão, de profundas desigualdades sociais e econômicas, contrasta com a elevada injeção de investimentos advindos do PLPT,

pois o real intuito do Programa, de minimização da pobreza, relaciona-se de forma antagônica com os agentes participantes do setor elétrico, os quais direcionam seus interesses na busca incessante pelo lucro, saque do patrimônio público, exploração da força de trabalho, ênfase na competição, produtividade a qualquer custo, etc., dentro de um contexto recente de aviltamento e privatizações do setor elétrico.

> A privatização do público é uma falsa consciência de desnecessidade do público. Ela se objetiva pela chamada falência do Estado, pelo mecanismo da dívida pública interna onde as formas aparentes são as de que o privado, as burguesias emprestam ao Estado: logo, o Estado, nessa aparência, somente se sustenta como uma extensão do privado. O processo real é o inverso: a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado. Esta é a forma moderna de sustentação da crise do capital, pois anteriormente, como nos mostrou a Grande Depressão de trinta, assim como todas as grandes crises anteriores, o capital simplesmente desvalorizava (OLIVEIRA, 1999, p. 68).

Para o caso do Maranhão, o processo de privatização observado dentro da cadeia da energia acaba obedecendo de fato a um padrão que extrapola o setor elétrico, estando subordinado a capitais externos que miram setores de infraestrutura nacionais:

> Além de afetar diretamente o nível de emprego, via redução de gastos, esse desequilíbrio financeiro do setor público foi invocado como justificativa para a implementação de um programa de privatizações que se concentrou, principalmente, nos setores elétrico, de telecomunicações e de recursos minerais e significou a transferência, a preços aviltantes, de parte representativa do patrimônio nacional para capitais de origem estrangeira (LIMA, 2003, p. 14).

Dado que o PLPT surge num contexto de amplas disparidades sociais, faz-se necessário, portanto, buscar elementos para auxiliar a desvendar a essência do fenômeno e os reais condicionantes do processo de eletrificação rural no Maranhão, onde surgem questionamentos que necessitam de ponderações aprofundadas, apontando direcionamentos para entendimento real do cerne do fenômeno. O processo de privatização do setor elétrico afeta em qual medida a autonomia das populações tradicionais?[iv] A nova reconfiguração territorial está respeitando a soberania da população impactada? Os consumidores rurais estão recebendo subsídios para arcar com os custos da energia? A segurança em relação ao uso da

energia está sendo corretamente disseminada para o público-alvo? Naturalmente não pretende-se aqui esgotar o debate para questões tão complexas e trazer o ponto final para essas indagações devido ao grau intricado e abstruso das mesmas, senão apontar caminhos e propostas para ampliar o debate e contribuir para a construção do pensamento sobre o tema proposto, visando sempre gerar benefícios concretos para a população-alvo do Programa: "(...) envolvendo os usuários do programa avaliado, que são os mais diretamente interessados nos resultados" (SILVA, 2013, p. 47).

4 ESPECIFICIDADES DO MARANHÃO

Em linhas gerais, as características de desigualdades, especificidades marcantes no estado do Maranhão, caracterizam-se, originalmente, por fatores históricos específicos advindos da formação econômica do Brasil, a partir de fatores inerentes ao denominado sistema centro-periferia. Conforme ressalta Furtado (1998):

> As fases de progresso, como a que conheceu o Maranhão, haviam sido de efeitos locais, sem chegar a afetar o panorama geral. A instalação de um rudimentar sistema administrativo, a criação de um banco nacional e umas poucas outras iniciativas governamentais constituíam - ao lado da preservação da unidade nacional - o resultado líquido desse longo período de dificuldades. As novas técnicas criadas pela Revolução Industrial escassamente haviam penetrado no país [...] (FURTADO, 1998, p. 110).

Esta precedente problemática socioeconômica explica, em grande parte, os determinantes da atual dinâmica econômica contraditória do Maranhão, derivada da época colonial e vinculadas ao que Furtado (1998) chama de "falsa euforia". Além do fato de não ser recente, esse processo de disparidades perdura de forma dramática, onde, sobretudo, os serviços públicos transformam-se em moeda de troca em benefício de determinados interesses, os quais podem de certa forma serem considerados um dos aspectos centrais da problemática exposta, mesmo com a característica de determinantes multifacetados.

> Ao mesmo tempo em que o Estado se afastou dos chamados gastos sociais tivemos a transformação dos serviços públicos em objeto de valorização do capital com a sua progressiva mercantilização. Esse processo teve grande contribuição no agravamento do já dramático quadro social do Estado do Maranhão, que apresenta o pior IDH do país (GOMES e REGO, p. 62, 2011).

Além disso, como características marcantes na dinâmica econômica do Maranhão, dentro de uma perspectiva socioeconômica recente, Paula e Mesquita (2008) destacam variáveis de fragilidade aliadas ao processo de reprodução ampliada do capital, sempre voltado às atraentes taxas de lucros. “Se analisarmos algumas variáveis importantes como a dinâmica demográfica, a dinâmica econômica e dinâmica social, veremos que o desenvolvimento socioeconômico recente do Maranhão é insustentável” (Ibid., p.11), onde o modelo historicamente excludente inibe a equidade na repartição da riqueza.

> Que estratégia adotar, para a superação desse quadro desigual, perverso e concentrador de riqueza que está posto ao Maranhão? Manter o atual modelo excludente ou partir para a construção de um projeto de desenvolvimento que distribua a riqueza gerada internamente de forma mais democrática que almeje uma melhor distribuição de renda e acesso ao emprego? (PAULA e MESQUITA, p. 19).

Silva e Mesquita (2009) acrescentam ainda que algumas estratégias de ação para combater a exclusão social e gerar renda, em muitos lugares, têm alcançado êxito, embora ainda faltem muitas políticas públicas robustas. IPEA (2012) confirma esta perspectiva, observando a situação de precariedade e de desigualdade social existente no Maranhão[v]. Em termos de acesso à energia elétrica, especificamente:

> [...] o Maranhão encontra-se em pior situação do que o Nordeste como um todo, e ainda aquém da média brasileira. Este serviço está caminhando para a universalização, mas na zona rural do Maranhão, 18,8% da população ainda estão no escuro (IPEA, 2012, p. 34).

Segundo IPEA (Ibid.), o acesso à energia elétrica na zona rural apresenta os seguintes percentuais: i) Brasil: 93,29%; ii) Nordeste: 91,42%; e iii) Maranhão: 81,24%. Ou seja, além do fato de não ser recente, as distorções observadas são, em

grande parte influenciadas por questões de natureza econômica e político/eleitorais, engendradas por interesses escusos em sua ampla maioria.

> Ao lado das políticas propriamente ditas, faz-se necessário também pensar em construir um arcabouço institucional mais propício, inclusive, a mudanças traumáticas. Isto, no sentido de que as políticas possam vir a ser menos abaladas por circunstâncias exógenas, notadamente aquelas de natureza político/eleitorais (MOURA, 2010, p. 267).

Como *alternativa* de ampliação dos serviços públicos e minimização das disparidades sociais, o poder público criou no ano de 2003 o chamado Programa Luz Para Todos (PLPT), conforme dito anteriormente, tendo como objetivo fundamental a universalização da distribuição do serviço de energia elétrica no meio rural brasileiro e a redução da pobreza, embora a mudança no setor elétrico já houvesse sido iniciada desde meados da década de 90[vi]. Todavia, o abismo social só se aprofunda cada vez mais em decorrências das políticas neoliberais que assolam inexoravelmente a classe trabalhadora, com políticas seletivas que agravam e oprimem uma parcela da população historicamente humilhada, tendo como pano de fundo o processo ilegítimo das privatizações[vii] das concessionárias de energia elétrica em todo o Brasil, que resultam em demissões em massa, aumento da exploração da força de trabalho, elevação das tarifas e lucros exorbitantes para os proprietários dos meios de produção, obedecendo à lógica da acumulação capitalista, aprofundada pela pandemia da Covid-19.[viii]

5 O PLPT E ALGUNS DE SEUS ENTRAVES

O PLPT surgiu como uma política pública emergencial de combate ao déficit energético na distribuição de energia elétrica e, de fato, encontra uma série de obstáculos e barreiras para cumprir seu objetivo de universalização. É sabido que entre os sujeitos participantes do programa, não se pode perder de vista que – pelo prisma de uma abordagem inclusiva, cidadã, democrática e emancipatória – os principais interessados deveriam ser os usuários finais do programa. Entre os outros

sujeitos partícipes, tem-se a coordenação do Programa que é realizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), cabendo à Eletrobrás a operacionalização do mesmo e às concessionárias, em parceria com os governos estaduais, a execução do Programa (MME, 2021).[ix]

> Lançado em 11/11/2003, esse programa de eletrificação rural é o único em andamento em todo o Brasil e foi orçado em R$ 7,6 bilhões, sendo que deste montante, R$ 5,5 bilhões eram provenientes de fundos setoriais geridos pelo Governo Federal (Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Reserva Global de Reversão - RGR) e o restante partilhado entre governos estaduais, municipais e as distribuidoras de energia elétrica (BETIOL JUNIOR et al, 2006, p. 18).

Segundo Fournier (2008), as principais limitações do PLPT estão relacionadas a aspectos estruturais, financeiros e sociais, onde se destacam os seguintes: i) ocupação da área rural de maneira dispersa, o que dificulta a construção da infraestrutura necessária para instalação elétrica e eleva os custos de implantação; ii) baixo padrão de consumo per capita de energia pela população rural, aumentando o tempo necessário para recuperação do capital investido; e iii) pequena capacidade de pagamento dos consumidores rurais, em função da disponibilidade de renda.

Assim, percebe-se que, aparentemente, a eletrificação rural não é financeiramente *vantajosa* para os atores que ditam as regras no mercado de energia, tendo em vista os altos investimentos, elevados custos operacionais, baixo consumo e reduzida capacidade de pagamento dos serviços pela população beneficiada, fazendo com que outros tipos de interesse movam verdadeiramente as engrenagens do Programa. No entanto, Fournier (2008) destaca que é preciso compreender que a eletrificação rural não se reduz a uma questão técnica ou econômica e sim a um processo de inclusão social mais amplo e significativo.

No caso do Maranhão, em função da extensão territorial, tem-se ainda a problemática da dificuldade de acesso e logística em determinados povoados e sistemas isolados, como por exemplo o óbice das Ilhas das Canárias, município de Araioses – Maranhão. Além disso, outros entraves são apontados por Acende Brasil (2007) como a insuficiência de recursos para cobrir os altos custos de implantação,

operação e manutenção do Programa e o risco da inviabilização das tarifas de energia, pois os encargos são repassados diretamente ao consumidor através do aumento da tarifa de energia na área de concessão, entre outros.

Entretanto, no âmago da questão vinculada aos entraves do PLTP estão inerentemente os determinantes políticos e financeiros, permeados pelas parcerias público-privadas, privatizações, financiamentos de obras de infraestrutura controversos e vultosos.

6 CONCLUSÃO

Os benefícios proporcionados pelo do uso da energia elétrica são apontados como essenciais para o bem-estar da sociedade contemporânea, tendo em vista as diversas melhorias geradas para integração do indivíduo à sociedade e na medida que pode disponibilizar condições básicas para auxiliar no exercício da cidadania. O PLPT foi criado com o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica em todo o território brasileiro, atendendo sobretudo à população rural. O presente estudo buscou fazer um levantamento contextual, ressaltando os aspectos sociais acerca da eletrificação rural no Maranhão, analisando o fenômeno e investigando as articulações (e contradições) entre os interesses econômicos e sociais, permeados pelo aviltante processo de privatização das empresas do setor elétrico e pela ignominiosa lógica capitalista que busca de forma incessante os superlucros às custas da exploração da força de trabalho.

Nota-se que os agentes e empresas privadas do mercado de energia aparentemente não possuem vantagens financeiras na operação do Programa no curto prazo, pois os mesmos atuam de forma a atender objetivos de caráter essencialmente político, num primeiro momento e, portanto, dentro de um processo inerentemente condicionado, buscando a longo prazo aferir vantagens que lhe assegurem a *posteriori* relações nefastas com o poder público, sempre na ganância de expropriar, acumular e apropriar o patrimônio público.

Avaliar de que forma a população rural está sendo efetivamente beneficiada pelo PLPT, analisar as questões relacionadas à segurança em torno do "novo insumo", investigar as condições que os usuários finais do programa têm de arcar com os custos tarifários, entre outros, são desafios prementes que surgem após o novo marco regulatório estabelecido pelo setor, entre outras, são alguns exemplos de questões que derivam do presente artigo e apontam para a necessidade de novas pesquisas e aprofundamento sobre o tema, reconhecendo a complexidade do fenômeno e as particularidades e limitações observadas no cenário maranhense.

REFERÊNCIAS

BENSCH, G.; KLUVE, J.; PETERS, J. Impacts of Rural electrification in Rwanda. **Journal of Development Effectiveness**, v. 3, n. 4, p. 567-588, 2011. Disponível em: < http://anon-ftp.iza.org/dp6195.pdf > Acesso em 01 jun, 2021.

BETIOL JUNIOR, Genésio, STRAZZI, Paulo Ernesto, CARMO, José R. do et al. **Metodologia de análise técnica para redução de custo no planejamento das obras do programa "Luz Para Todos" em São Paulo**. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 6, 2006, Campinas. Anais eletrônicos.

CAMARGO, E. J. S. **Programa Luz para Todos** – da eletrificação rural a universalização do acesso a energia elétrica – da necessidade de uma política de Estado. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CRUZ, Cassiano N. P., MOURAD, Anna L., MORINIGO, Marcos A. et al. **Eletrificação rural: benefícios em diferentes esferas**. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 5., 2004, Campinas.

DINKELMAN, T. **The effects of rural electrification on employment: New evidence from South Africa**. The American Economic Review, v. 101, n. 7, p. 3078-3108, 2011. Disponível em: < https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/20042/1/texto%20completo.pdf > Acesso em: 01 mai. 2021.

FOURNIER, A. C. P.; PENTEADO, C. L. C. **Eletrificação rural: desafios para a universalização da energia**. In: XII Congresso Brasileiro de Energia, 2008, Rio de Janeiro. Desafios do setor energético brasileiro. Rio de Janeiro, 2008. v. I. p. 373-387.

FREITAS, Giovana Souza; DATHEIN, Ricardo. As energias renováveis no Brasil: uma avaliação acerca das implicações para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. **Revista Nexos Econômicos**, v. 7, n. 1, p. 71-94, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1998.

GOMES, José Menezes; REGO, J. S. **A execução orçamentária do Maranhão, de 1988 a 2009: uma análise preliminar**. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 18, n. 2, mai/ago, 2011. p. 57-63.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese do estado do Maranhão**. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ma> Acesso em 05 jun. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Situação Social nos Estados – Maranhão**. Brasília: IPEA, 2012.

LEMOS, C. F. de. **O Processo Sociotécnico de Eletrificação na Amazônia: articulações e contradições entre Estado, capital e território (1890 a 1990)**. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2007.

_____. de. **O Processo Sociotécnico de Eletrificação na Amazônia: esboço de uma análise histórica**. In: XIII Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. Florianópolis, 2009.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Padrões de acumulação e políticas sociais no brasil.** Revista de Políticas Públicas, São Luís-MA, v. 7, n.1, p. 137-164, 2003.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). **Informações sobre o Programa Luz para Todos**. Disponível em: < https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp>. Acesso em: 10 Jan 2021.

MOURA, J. G.; MOURA, E. P.; SANTOS, A. V. **Promoção de Arranjos Produtivos Locais em ambientes instáveis: o caso do Maranhão**. In: Valdênia Apolinário; Maria Lussieu da Silva. (Org.). Políticas para Arranjos Produtivos Locais: análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal. 1 ed. Natal: EDUFRN, 2010, v. 1, p. 241-270.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.) **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. NEDIC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 55-81.

PAULA, R. Z. A. de; MESQUITA, B. A. **A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do estado do Maranhão - 1970/2008**. In: Fórum BNB de desenvolvimento e XIII encontro regional de economia, 2008, Fortaleza. Anais do XIII encontro regional de economia. Fortaleza, 2008.

REIS JUNIOR, E. M. **Avaliação do Programa "Luz para Todos" no estado do Amazonas sob o aspecto da qualidade da continuidade do serviço de energia elétrica**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. p. 144. Disponível em: <https://goo.gl/8U7Tme>. Acesso em: 13 mai. 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Pesquisa avaliativa:** aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras, 2013.

SILVA, J. R. S.; MESQUITA, B. A. de . **Algumas consequências da política neoliberal para a agricultura familiar na Amazônia brasileira: exclusão social e concentração de riqueza**. In: 12º Encuentro de Geografos Latinoamericanos, 2009, Montevidéo. Caminando por una America Latina en transformación, 2009.

SILVA, O. F. da; FERREIRA, E. P. B. ; WANDER, A. E. **Agroeconomic Viability of Co-inoculation in Common Beans**. In: Tropentag/2017, Bonn, Germany. International Research on Food Security, Natural Resource Management and Rural Development. Bonn, Germany: Tropentag, 2017. Disponível em: < https://www.tropentag.de/2019/abstracts/full/92.pdf > Acesso em: 15 jun. 2021.

STIU-MA. Sindicato dos Urbanitários do Maranhão. **Vírus da ganância acomete Equatorial e penaliza trabalhadores e trabalhadoras da empresa**. BOLETIM INFORMATIVO EQUATORIAL. Julho de 2020. Disponível em: < http://urbanitarios.org.br/plus/modulos/edicao/ver.php?cdedicao=389 > Acesso em: 05 jun. 2021.

SOARES, S. G ; GARCIA, F. R. ; TEIXEIRA, G. S. . **Investimentos em infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico: o caso do Programa Luz para Todos**. PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PUBLICAS , v. 49, p. 321-356, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8246/1/ppp_n49_investimentos.pdf > Acesso em: 20 mai. 2021.

---

[i] À propósito, numa perspectiva histórica de forma breve, como precursores do PLPT tem-se o Programa de Eletrificação Rural Luz da Terra, criado em 1996 exclusivamente para o estado de São Paulo (BETIOL JUNIOR et al, 2006) e o Programa Nacional de Eletrificação Rural Luz no Campo, desenvolvido em 1999, os quais merecem uma análise mais acurada, embora não seja o objetivo primeiro dessas breves notas.

[ii] No final do século XIX "A luz elétrica que prolongava o dia e embelezava a paisagem urbana à noite era mais um privilégio de poucos que um benefício coletivo. Servia como metáfora da riqueza produzida coletivamente, mas acumulada e consumida apenas por uma pequena parcela" (LEMOS, 2009, p. 11).

[iii] "A crise do Estado afetou particularmente o Setor Elétrico (...) A solução encontrada para enfrentar a crise foi a reestruturação do modelo setorial (ainda em curso), baseada na privatização, desverticalização do setor (geração, transmissão e distribuição) e incentivo à participação da iniciativa privada na produção e distribuição de energia" (LEMOS, 2007, p. 287).

[iv] "Assiste-se como que a uma regressão do universal abstrato que cria o Estado como 'comunidade ilusória' para o mero chão dos interesses privados que, já agora não se universalizam, já não têm, aparentemente, a necessidade de liberarem-se de sua forma de interesses privados, tal o nível de dominação, ou sobretudo da experiência subjetiva vivida pela burguesia. Tal é mesmo o sentido das privatizações 'stricto sensu'." (OLIVEIRA, 1999, p. 69).

[v] "No Maranhão, as desigualdades de renda média aumentaram. A renda domiciliar per capita da zona rural teve um crescimento de 22,8% (...) enquanto o aumento na zona urbana foi de 51,7%. (...) Em suma, apesar do melhor

desempenho, em termos do crescimento de renda observado nos últimos anos, o Maranhão ainda apresenta patamares muito inferiores ao nacional, sendo que, na zona rural, a situação chega a ser mais precária" (IPEA, 2012, p. 14 e 15).

[vi] "Nos anos 1990, um conjunto de transformações, nos âmbitos nacional e internacional, determinou mudanças no papel do Estado na economia e uma radical reestruturação do Setor Elétrico. Com o surgimento de novos agentes, nova estrutura institucional, novo marco legal e novos mercados, a análise da relação entre o território e as políticas setoriais de energia elétrica se tornou muito mais complexa" (LEMOS, 2009, p. 8).

[vii] "Essa experiência subjetiva, ao lado da objetividade (...) da falência do Estado, constitui a pedra de toque da privatização do público. Este aparece como desnecessário. E uma reforma do Estado que o faça parecer-se com essa objetividade subjetivada, vale dizer, com a empresa privada e com a experiência burguesa cotidiana, constitui uma reificação quase necessária desse movimento" (OLIVEIRA, 1999, p. 72).

[viii] "É oficial que o lucro líquido do Grupo Equatorial em 2019 foi R$ 2,4 bilhões, mais que o triplo do resultado apurado um ano antes (dados da CVM), ou seja, a Equatorial suportaria passar pela crise da pandemia com tranquilidade, sem penalizar e massacrar seus empregados, mas a ganância pelo lucro não permite que o Grupo aja com o mínimo de responsabilidade protegendo aqueles que precisam efetivamente sobreviver à crise com seus empregos e salários já achatados." (STIU-MA, 2020, p. 03).

[ix] É sabido que a contrapartida financeira do governo estadual, desde o início do programa, nunca foi observada, seja de forma parcial, seja na sua plenitude.